

Advogado de fiscal pede suspensão de bloqueio de bens

THÉLIO DE MAGALHÃES

A imediata suspensão dos bloqueios dos bens de Marco Antônio Zeppini, um dos principais implicados na máfia dos fiscais, bem como o restabelecimento de seu sigilo bancário foram requeridos ontem pelo advogado Antônio Cláudio Mariz de Oliveira à juíza Andrea Barreira Brandão Montes, da 29.^a Vara Criminal. A indisponibilidade dos bens e a quebra do sigilo bancário haviam sido decretados no dia 23 de fevereiro, a pedido do Ministério Público.

A defesa baseia-se em decisão unânime da 1.^a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) que, na segunda-feira mandou arquivar, por "falta de justa causa", processo no qual Zeppini era acusado de lavagem de dinheiro. As medidas foram decretadas no processo

agora extinto e deveriam ser revogadas pela própria juíza.

O processo contra Zeppini foi o primeiro instaurado no País com base na Lei da Lavagem de Dinheiro, n.º 9613, em vigor desde 4 de março do ano passado. Zeppini era chefe dos fiscais da Regional de Pinheiros e está preso desde o dia 2 de dezembro, quando foi flagrado extorquindo a dona de uma academia de ginástica. A prisão foi recentemente mantida pelo TJ, que negou liminar pedindo sua liberdade provisória.

O TJ também negou liminar para revogar a prisão do capitão PM Cláudio Marcos Diogo, decretada no dia 5. Ele é acusado de dar cobertura a Whebe Yousef Dawalibi, o Jô, acusado de extorquir camelôs no Brás e repassar o dinheiro para o deputado estadual Hanna Garib (PPB).